

Proteção ambiental pode reduzir juro da dívida

Tóquio — O ministro da Economia do Brasil, Marcílio Marques Moreira, defendeu com sucesso a participação do setor privado dos países ricos, como o Japão, no financiamento de projetos de proteção ambiental, incluindo os de produção com desenvolvimento sustentado. Se for assim, ficará viabilizado a que parte dos juros que incidem sobre a dívida externa dos países em desenvolvimento deixe de ser pago, desonerando tais economias, em sua maioria frágeis. Os recursos de tais juros estarão inteiramente aplicados em projetos de cunho ecológico.

Desta maneira, Marcílio consegue colocar em questão o aspecto ético dos países ricos cobrarem juros de países pobres, invertendo o fluxo de capitais, com pobres financiando ricos.

A idéia foi debatida, ontem, pelos participantes do Encontro de Personalidades Eminentes, organizado pelo secretário-geral das Nações Unidas para a Rio-92, Maurice Strong. O encontro tem por objetivo discutir os aspectos econômicos e financeiros, determinantes para o sucesso da Rio-92, prevista para junho, com abrangência mundial, considerando as recomendações de Tóquio.

A transformação de parte dos juros em investimentos, se concretizada, será uma forma de conversão de dívida em investimentos que trará um grande alívio financeiro para os países devedores, que deixarão de pagar compromissos em dólares para aplicar o valor correspondente, em moeda local. Este tipo de solução terá que ser, não só referendada pela Rio-92, mas também ratificada por acordos bilaterais.

Se adotada, dará aos países devedores uma maior capacidade de importação, o que acabará também beneficiando os países credores. A medida poderá representar, segundo os participantes do encontro de Tóquio, uma das principais fontes de financiamento para os países em desenvolvimento.

REUTER



Marcílio defendeu o setor privado em projetos ecológicos

O ministro propôs que os governos criem incentivos para esta modalidade de aplicação do capital privado. E que a partir da prática cada vez maior de medidas neoliberais, tanto pelos países desenvolvidos como pelos em desenvolvimento, a capacidade de investimento do estado torna-se cada vez menor. Caberá, então, à iniciativa privada a tarefa de garantir o desenvolvimento sempre compatível com a proteção ambiental.

Outras medidas em debate no encontro de Tóquio: a transferência de recursos da iniciativa privada através da criação de impostos sobre produtos que implicam alto custo para o meio ambiente global e isenções fiscais para as indústrias que investirem na preservação ambiental. O governo japonês já está estudando, por exemplo, a criação de um imposto ecológico que incidirá sobre as atividades que agredem o meio ambiente.

As personalidades reunidas em Tóquio também sugeriram que se aumente a destinação de recursos anuais do Official Development Assistance (créditos bilaterais mantidos pelos países industriali-

zados) às nações em desenvolvimento, já orçados em 55 bilhões de dólares.

Maurice Strong reivindica que este montante suba para 125 bilhões de dólares com a contrapartida dos países beneficiados pelos empréstimos. A posição do ministro brasileiro é mais realista. Marcílio propõe que se consiga pelo menos um incremento de 5 a 9 bilhões de dólares ao total de 55 bilhões de dólares já previstos pelo ODA.

Hoje encerra-se o encontro com a divulgação da "Declaração de Tóquio". Nas reuniões, realizadas, quarta e quinta-feira, sempre a portas fechadas, os participantes também defenderam a redução dos subsídios à agricultura praticados pelos países da Comunidade Econômica Européia (CE), Estados Unidos e Japão.

Na avaliação dos participantes, é vital para a recuperação das economias do Terceiro Mundo a eliminação das barreiras alfandegárias impostas pelas nações ricas. Esse protecionismo vem adiando há mais dois anos a conclusão da Rodada Uruguaí do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT).